

Contrato no. AS-4487/2018

Ref. BOC: 914BRZ4022 Gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo

Controle UNESCO: 582581

Martha Campos Abreu

Curadoria Científica e Projeto de Conteúdo para o Museu de Território – MUHCAB
(Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira) – Centro de Interpretação do Valongo.

**PRODUTO 3 – I) Textos finalizados e revisados para a exposição no
MUHCAB (Centro Cultural José Bonifácio) - P.4**

**II) Briefing para projeto expográfico do Museu de
Território - P. 21**

Em anexo: Proposta de sinalização do Cais do Valongo - P. 29

INTRODUÇÃO

A interpretação do sítio arqueológico Cais do Valongo e a criação do projeto curatorial do Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB) envolveram a elaboração de **questões geradoras e norteadoras** para exposições nas sedes do museu e no museu de território. As respostas a essas questões, transformadas em textos de referência, contextualizam, problematizam e informam sobre a história e a memória do tráfico atlântico e da escravidão de africanos escravizados nessa região, no Brasil e nas Américas, bem como sobre as lutas pela liberdade, igualdade e cidadania ao longo dos séculos XIX, XX e XXI.

Os 7 textos apresentados a seguir, finalizados e revisados para subsidiar a exposição em uma das sedes do MUHCAB, o Centro Cultural José Bonifácio, e orientar a construção do Museu de Território, pretendem proporcionar uma experiência de aprendizagem que emocione e mobilize; que permita um encontro com as matrizes africanas e presença negra na nossa sociedade em toda sua extensão e profundidade. Para tanto, articula uma produção historiográfica atualizada e de excelência científica às memórias construídas sobre os contextos, as trajetórias de personagens negros e africanos e os significados dessa longa história, assinalando a relevância desse passado na formação do Brasil.

Os textos têm o objetivo de ampliar a compreensão sobre a importância histórica das relações Brasil e África, que foram marcadas pelo tráfico e pela escravidão, mas também pela luta e protagonismos negros. Buscam também iluminar as histórias individuais e coletivas dessas pessoas que construíram o Brasil com seu trabalho, suas tecnologias e conhecimentos e que criaram, com seu talento e capacidade de resistência, elementos fundadores da cultura e identidade brasileiras.

Uma exposição sobre a história e cultura afro-brasileira numa das sedes do MUHCAB, o Centro Cultural José Bonifácio, e a construção do Museu de Território na região do Cais do Valongo, reconhecem a importância da presença africana para a sociedade carioca e brasileira, como transforma-se numa ação de reparação, considerando e iluminando as narrativas que foram silenciadas, ocultadas e desvirtuadas. Há uma

dívida histórica, e ela se relaciona com o direito à memória, com poder reconhecer e reconhecer-se num museu. E é nesse sentido que se colocam as perguntas/questões que orientam e trazem subsídios para os textos das narrativas expográficas.

Questões geradoras e norteadoras:

1. Origens africanas: Quem eram os africanos que desembarcaram no Cais do Valongo? De onde foram trazidos?
2. Rio de Janeiro: a cidade mais africana das Américas?
3. Qual o destino dos africanos? Que formas de luta e solidariedade encontraram?
4. Quebrando silêncios: Quem eram os cidadãos negros no Império do Brasil?
5. Quais as lutas pelo fim da escravidão e pela afirmação da cidadania negra no Brasil Republicano?
6. Passados sensíveis: Quando poderemos dizer que a abolição finalmente se completou no país? O futuro que queremos.
7. Quais as palavras chave para a construção da história do negros no Brasil?

I-TEXTOS E SUBSIDIOS PARA A EXPOSIÇÃO NO MUHCAB (ESCOLA JOSÉ BONIFÁCIO).**1. Origens africanas: Quem eram os africanos que desembarcaram no Cais do Valongo? De onde foram trazidos?**

A história da presença africana na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil não começa na chegada ao Valongo. Ela atravessa o oceano e chega às cidades costeiras, aos caminhos que levam ao interior, cruza planícies, planaltos, montanhas e rios, chega aos limites das florestas e dos desertos da África. Em cidades populosas, sedes de reinos de poderosos, com sofisticada organização política e espacial; em aldeias de diferentes tamanhos; em acampamentos de caça e de guerra, locais de morada de povos nômades; homens e mulheres africanas foram capturados, aprisionados, comprados e vendidos para intermediários que os levavam aos armazéns do litoral africano para serem postos nos porões dos navios que faziam a travessia da escravidão. A principal forma de escravização era a guerra, que permitia escravizar os prisioneiros derrotados, mas também havia expedições destinadas a obter cativos, sem conflitos prévios que as justificassem.

A maioria dos africanos que desembarcou na enseada do Cais do Valongo tinha como origem a África Centro-Occidental, também conhecida como região Congo-Angola. Os registros de entradas de embarcações escravistas indicam que oito em cada dez navios aportados no Rio de Janeiro entre 1795 e 1830 vinha desta ampla área, com longa história de contato com os portugueses, em relações conflitantes e de negociação, desde o século XVI. Havia sociedades com diferentes formas de organização, que incluía núcleos de poder centralizado como os reinos do Congo e Ndongo, cidades com administração portuguesa como Luanda e Benguela, territórios independentes com seus soberanos governando pequenos reinos como no entorno da baía de Cabinda, e uma série de formações governadas por chefes de linhagens – os *sobas* - que incluíam conjuntos de aldeias de tamanho diverso. Ao longo das rotas que cruzavam esse espaço a partir do litoral em direção ao interior, ao redor de fortalezas portuguesas conhecidas como presídios, erguiam-se algumas povoações. A centralidade da

organização com base nas famílias mais importantes definia o ordenamento social e político.

Os povos da África Centro Ocidental pertenciam ao universo linguístico-cultural banto, compartilhando valores culturais e religiosos e, muitas vezes, pelo contato e relações de parentesco, os habitantes conheciam as línguas dos grupos vizinhos. A experiência nos barracões à espera do embarque nos portos africanos bem como a travessia, muitas vezes criava ou fortalecia laços de identidade que tinham como base a vida social e cultural em suas terras de origem. Entre os cativos dessa origem surgiram vocabulários e formas de se expressar próprios que, juntamente a elementos de uma herança cultural comum, permitiu fazer surgir o que historiadores conceituaram como uma identidade protobanto no Brasil. Nomeados como Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Monjolo, entre muitos outros, referindo-se às regiões e povos de procedência ou ao seu porto de embarque em África, predominavam entre os africanos na cidade e no Sudeste brasileiro como um todo, no início do século XIX.

A região da África Ocidental, correspondendo aos atuais países de Gana, Togo, Benin e Nigéria, igualmente teve presença marcante como lugar de procedência de cativos trazidos para o Rio de Janeiro, ainda que muito menos expressiva do que havia sido para o porto de Salvador, na Bahia, na mesma época, e significativamente menor se comparada com a área Congo-Angola. Ainda assim, se eram minoria na chegada pelas embarcações escravistas após a travessia transoceânica, foram majoritários na entrada pelo tráfico interprovincial após 1831 e nas migrações vindas da Bahia a partir especialmente da segunda metade do século XIX, e ocuparam espaço significativo na região portuária do Rio de Janeiro. Africanos identificados como Mina, Calabar, Nagô e Hauçá, entre outros, faziam parte desses grupos e foram levados a cruzar como escravizados o Atlântico em viagens que duravam um pouco mais de um mês. O grupo nomeado Mina, o mais numeroso, correspondia a um designativo amplo que passou a incluir diversas pessoas oriundas da região conhecida como Costa da Mina, nome dado ao litoral da África Ocidental tendo como referência a fortaleza de São Jorge da Mina, que fica em Gana atualmente. Trata-se de uma identidade africana, como muitas outras, construída e reconstruída na diáspora.

Africanos e africanas que foram trazidos dessa região poderiam ter suas origens em áreas de floresta ou savana, ou até mesmo próximas à fronteira com o deserto de Saara. Tratava-se de uma parte do continente em que a vida urbana era especialmente intensa, o contato com o Islã muito antigo e religiosidades com referências aos voduns e orixás muito presentes. Os orixás trazidas na espiritualidade dos escravizados dessa região deram origem ao candomblé e outras religiões de matriz africana no Brasil. Nessas áreas, poderosos reinos haviam marcado a história como o reino de Oió dos iorubás e do Daomé dos jejes-mahis, cujas dinâmicas de poder, busca por proteção dos seus súditos, relações conflituosas internas e vínculos com o comércio escravista produziram muitos cativos para o tráfico, capturados numa ampla região que incluía povos próximos.

Foram chamados de Moçambique, Inhambane, Macua e Quelimane, entre outros, aqueles que foram embarcados na África Oriental e realizaram a mais longa travessia em direção ao porto do Rio de Janeiro. Tinham suas origens numa ampla área que incluía o Norte de Moçambique, o Sul da Tanzânia, o Malauí e o Nordeste da Zâmbia. Até o final do século dezoito poucos *moçambiques* – nome genérico pelo qual ficou conhecida a maioria dos africanos escravizados trazidos dessa região – chegavam ao Brasil. A partir do século dezenove, com o surgimento de embarcações mais velozes e com o cerceamento das rotas escravistas ao Norte do Equador, ampliou-se em muito o número de cativos embarcados no litoral do Oceano Índico.

Os nativos da África Oriental vinham de outras experiências históricas, oriundos de uma região com antiga e forte relação em especial com a Índia e com a Península Arábica, além das ilhas litorâneas como Zanzibar. Havia uma presença da religião muçulmana de longa data nas cidades da costa e o histórico de reinos célebres como o de Monomotapa, situado no interior. As relações comerciais com o mundo índico e a presença de governantes organizados em poderosos sultanatos tornou difícil para os portugueses exercerem um domínio das rotas marítimas nessa costa. Africanos e africanas dessas regiões falavam línguas do tronco linguístico banto, porém de um ramo diferente daqueles da África Centro-Occidental, e não raro poderiam ter como segundo idioma o suaíle, língua franca da costa oriental derivada de intercâmbios entre os falares nativos e o árabe.

A travessia nos porões dos navios escravistas que, por serem locais de morte e de dor, foram chamados tumbeiros, tinha diferentes durações conforme a região de origem e o período do tráfico de africanos escravizados. Nas primeiras décadas do século dezenove uma embarcação escravagista rumo ao Rio de Janeiro poderia demorar média 33 a 40 dias no mar quando vinha da África Centro Ocidental, cerca de 50 dias a partir da África Ocidental e entre 60 a 70 dias quando originada nos portos da África Oriental. As taxas de mortalidade também variaram ao longo do tempo e em função da duração da viagem, condições do navio e número de cativos embarcados. Em sua maioria, as embarcações eram bergantins, corvetas e escunas, com velocidade e capacidade de carga diferentes, sendo o primeiro tipo o mais comum na década de 1820 – a mais intensa do tráfico para o Rio - por ser mais rápido e permitir escapar das abordagens dos esquadrões ingleses de repressão à atividade. Um tumbeiro podia carregar entre 300 e 500 pessoas escravizadas.

Trazidos para o Rio de Janeiro pelas rotas da escravidão, desembarcados na região do Valongo, transformaram a cidade e o país e se transformaram, criando e recriando identidades, sem deixar de nelas imprimir suas histórias e suas memórias de África. Encontraram aqui em situação semelhante, outras pessoas, que também carregavam na cor da pele a marca mais evidente de sua origem e condição. No cativeiro ou na liberdade conquistada estabeleceram laços de parentesco, compadrio e amizade. Sobreviveram à violência, ao medo e à desumanização que lhes submetiam formando famílias, comunidades de terreiro, irmandades religiosas, associações de ofício, muitas vezes em diálogo com os locais de origem, com os companheiros de viagem e com os novos encontros nos lugares de chegada. E nos legaram as heranças africanas, que compartilhamos com as Américas Negras que se criam a partir da diáspora.

2. Rio de Janeiro: a cidade mais africana das Américas?

O Rio de Janeiro foi descrito pelos viajantes que na primeira metade do século dezenove estiveram no Brasil como uma cidade cheia de africanos de diferentes origens. O que foi percebido e narrado nos relatos desses estrangeiros era um espetáculo cotidiano de africanidades circulando e marcando presença, sobretudo nas

ruas próximas ao porto e ao centro da cidade, com modos de vestir, de falar, de se movimentar e de se relacionar muito próprios e variados.

Tudo isso estava relacionado à escravidão e à intensidade da atividade do tráfico atlântico de africanos trazidos cativos para o Brasil, sendo então o Rio de Janeiro o principal porto de entrada. Especialmente durante as três primeiras décadas do século dezanove, a cada semana, ou a cada mês, dependendo da demanda, chegavam embarcações da África com mais pessoas, que impregnavam a vida da cidade com sua humanidade, embora muitos tivessem como destino as plantações de café do interior ou as atividades do charque no sul do país. Ainda que fossem definidos e tratados como mercadoria, nelas nunca se transformaram, e imprimiam sua cultura no mundo que os cercava.

Na região do Valongo se desenvolveu, a partir de fins do século XVIII, o grande mercado de escravos da cidade do Rio de Janeiro, com suas casas de comércio e armazéns, nas quais mercadores de gente poderiam abastecer-se para revender e compradores diretos irem para adquirir cativos. Nos estabelecimentos que ali se localizavam, homens, mulheres e crianças trazidas da África ficavam expostos e à venda, quando doentes eram conduzidos ao Lazareto da Gamboa ou, se as duras condições da travessia haviam minado todas as possibilidades de resistência e morriam, seriam enterrados no Cemitério dos Pretos Novos, também nas cercanias. Podemos considerar essa área da cidade do Rio de Janeiro, tendo o cais como seu núcleo central, um lugar de memória da história da escravidão.

O trabalho na região portuária era realizado com a mão de obra de africanos e seus descendentes diretos, assim como em toda a cidade. Descarregar os barcos e carregar mercadorias no desembarque era tarefa dos escravizados, encarregados de todo o trabalho pesado. Transportar os produtos até as casas de comércio também era, bem como levá-los até as casas dos compradores..

Para além da dureza do cativo, se produziram, no entorno do cais, marcas da sobrevivência, da resistência e da afirmação desses africanos e africanas e seus descendentes, criadores da cultura negra urbana na diáspora. Na época da escravidão, muitos escapavam pelas ruas, becos e quebradas do Valongo, onde sempre havia

algum lugar para se acoitar. Redes de sobrevivência, de amizade e de cumplicidade se formaram naquele lugar. A zona portuária do Rio de Janeiro passou por muitas transformações e reformas urbanas, mas manteve-se como local de moradia, circulação e encontros religiosos e festivos de uma população negra e pobre.

Pelas ruas da cidade, diversos serviços também estavam nas mãos majoritariamente de africanos, ainda que pudessem ser vistos alguns *crioulos* – como se nomeavam os descendentes negros de nativos da África – também atuando. Havia o trabalho de barbeiros, muitos desses também com habilidades para curar ferimentos e cuidar dos dentes, como também curandeiros respeitados que eram conhecedores de ervas e beberagens para o trato de diferentes males, artesãos de diferentes ofícios, vendedores de verduras e frutas, doceiras, vendedoras de angu e muitas outras.

Essas atividades faziam com que muitos circulassem não só pela região portuária como por áreas do centro, oferecendo serviços e mercadorias, e transportando tudo que a cidade precisava. Fossem cativos postos ao ganho que ao final do dia ou da semana teriam que levar o jornal (como se fosse uma diária a ser paga) ao seu senhor, ou libertos vivendo sobre si, que precisavam sobreviver ou juntar para a compra de algo ou da liberdade de alguém, constituíam a força de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Numa área mais ampla que incluía partes das proximidades onde se encontram hoje a Central do Brasil, o Campo de Santana e a Praça Tiradentes foi se formando uma região que no século vinte foi chamada de *Pequena África*.

Nas décadas que se seguiram ao fim do tráfico atlântico e ao fim da escravidão africana, em casas de famílias negras, muitas vezes chefiadas por mulheres, tambores noturnos acompanhavam celebrações religiosas em que deuses de origem africana assumiam novas roupagens na diáspora carioca. Realizadas às escondidas, e duramente reprimidas, guardavam forte relação com o vínculo com a África e o Atlântico. Além disso, casas de candomblé foram se tornando locais de acolhida para os africanos e afrodescendentes que chegavam de outras partes do país, sobretudo da Bahia, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX.

3. Qual o destino dos africanos? Que formas de luta e solidariedade encontraram?

Com a chegada dos primeiros africanos escravizados iniciava-se a história da resistência à escravidão e o nascimento da cultura afro-brasileira. A maior parte dos africanos que chegaram pelo Valongo, entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX, foi levada para o trabalho nas fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense, mineiro e paulista, onde construíram as maiores riquezas do Brasil na época. A escravidão foi um dos motores das revoluções industrial e comercial no mundo atlântico.

Por meio das rotas internas, caminhos abertos na mata, navegação costeira marítima e fluvial, os cativos eram transportados para o interior do Brasil, para outros portos do litoral ao Sul chegando até a desembocadura do Rio da Prata, em países vizinhos. Mas, onde quer que tenham ido trabalhar, nas fazendas ou nas cidades, na economia mineradora, produção agrícola para exportação ou abastecimento interno, nas atividades da pecuária e mesmo manufatureiras, nos sertões ou no litoral, os africanos transformaram as condições impostas pela escravização a partir de variadas ações de resiliência e lutas pela liberdade. Fugas individuais ou em grupo, articuladas a redes familiares e comunitárias, muitas vezes para quilombos próximos às fazendas e cidades, como os quilombos do fundo da baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, eram comuns. Crimes cometidos contra senhores e feitores, revoltas africanas e escravas, como as que ocorreram na Bahia, na primeira metade do século XIX, entre elas a revolta dos Malês, em Salvador (1835), e em Vassouras, no Rio de Janeiro, liderada por Manoel Congo (1838), aterrorizavam autoridades.

Escravizados e libertos participaram de levantes políticos regionais e locais, articulados à discussões liberais no século XIX, como os que envolveram as lutas pela independência do Brasil, e em todas as Américas, e mesmo no período regencial, como a que foi liderada pelo liberto Cosme Bento das Chagas, no Maranhão no tempo da Balaiada (1838-1941). Em busca da liberdade, os escravizados também

protagonizaram inúmeros esforços para a obtenção da alforria individual ou de algum membro da família, mesmo que a opção envolvesse um investimento de anos de trabalho e acordos com senhores.

A conquista de maior autonomia e de alguns direitos no trabalho e no descanso era uma das pautas de luta dos escravizados e envolveu esforços estratégicos e muita criatividade ao longo do século XIX. “Viver sobre si” nas cidades ou construir laços familiares e redes extensas de compadrio nas fazendas ampliavam as redes de proteção e solidariedade e fortaleciam a comunidade escrava, negando cotidianamente a desumanização imposta pela dominação. O acesso à roça e ao pequeno mercado rural ampliava o exercício desta autonomia, contribuindo para viabilizar pequenos ganhos e uma possível compra da liberdade.

Entre as iniciativas transformadoras da dominação escravista, os africanos e seus descendentes construíram espaços associativos, como as irmandades católicas negras, que criavam a dissidência no catolicismo oficial, as maltas de capoeira, os encontros festivos e religiosos, onde os costumes dos antepassados africanos eram atualizados e reverenciados os deuses e ancestrais comuns. A prática constante dos chamados batuques, mesmo que muitas vezes reprimidos e proibidos, deixava evidente, em diversos documentos de época, o agenciamento político dos descendentes de africanos ao arrancarem a autorização dos senhores e encontrarem espaço na legislação municipal para sua realização. Expressos regionalmente em jongos, caxambus, sambas, congados, reisados e maracatus, os batuques subvertiam todas as ordens vigentes e impunham à sociedade escravista o reconhecimento do legado africano.

As escolhas e estratégias utilizadas pelo escravizados africanos e seus descendentes relacionavam-se com matrizes culturais africanas, mas não deixaram de dialogar e negociar, e de fazer novos arranjos, com as possíveis condições da diáspora no novo mundo.

4. Quebrando silêncios: Quem eram os cidadãos negros no Império do Brasil?

Desde a introdução da escravidão africana na então colônia portuguesa foi significativo o número de alforrias, o que deu origem à formação de uma população liberta já no século XVII. Nos séculos XVIII e XIX, a partir da contínua demanda pelo trabalho escravo, cerca de 4 milhões de africanos foram trazidos à colônia portuguesa e ao Império do Brasil, permanentemente reafriando a população das cidades e fazendas. Mas, os libertos e seus descendentes nascidos livres formavam, já no final do período colonial, a maior parte da população não escravizada, especialmente nas cidades. A história da luta contra a escravidão e contra o racismo foi também a história silenciada e multifacetada dos africanos e seus descendentes libertos e livres, muito antes do marco legal da lei de 1888.

Os que conseguiam a alforria, entretanto, não se livravam do perigo de serem confundidos com cativos em fuga e de serem reescravizados, evidenciando a precariedade da liberdade; outros, sem deixarem de enfrentar o racismo, experimentaram processos de mobilidade social, trabalhando no comércio ambulante, serviços domésticos, canteiros de obras, portos, navios, estradas de ferro, carpintarias, tipografias, oficinas diversas, fábricas e pequeno comércio, muitas vezes dividindo a labuta com escravizados, livres pobres e imigrantes. Em certas ocasiões tornaram-se pequenos proprietários de escravos.

Outros ainda tiveram participação importante na vida política e cultural brasileira, embora suas origens afro-brasileiras se mantivessem invisíveis até recentemente, num evidente sinal do racismo brasileiro e do processo de branqueamento da nossa história. Sua presença evidentemente ameaçava e trazia desconforto à ordem escravista e hierarquia racial imposta, pois tiveram acesso ao letramento e escolas, participaram de importantes associações e puderam ocupar cargos públicos, civis e militares, assim como exercer direitos civis e políticos, já que conseguiram obter a renda estipulada pela Constituição outorgada de 1824 logo depois da Independência. Entre a população dita livre “de cor”, nos termos da época, registravam-se escritores, editores, jornalistas, advogados, políticos, médicos, professores, engenheiros, pintores e músicos reconhecidos, tais como Paula Brito, Maria Firmina dos Reis, o Conselheiro

Antônio Pereira Rebouças, Luiz Gama, Machado de Assis, André Rebouças, Manoel Quirino, Vicente de Souza, José Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Joaquim Callado e Henrique Alves Mesquita.

A Constituição brasileira de 1824 reconhecia a igualdade civil de todos os nascidos livres independentemente de cor ou raça, mas havia importantes exceções, como a negação da cidadania brasileira a africanos livres ou libertos (ao contrário dos portugueses natos que foram todos naturalizados com a independência) e as limitações aos direitos políticos dos alforriados, mesmo se nascidos no Brasil e possuidores da renda exigida pela constituição. Em cidades como o Rio de Janeiro, cada vez mais marcadas por políticas europeizantes e embranquecedoras, ao longo do século XIX a liberdade e a cidadania não eram para todos.

As bandeiras mais visíveis da luta antiescravista na primeira metade do século XIX materializaram-se na denúncia e no combate ao tráfico atlântico de escravizados. Acordos e tratados buscavam legislar a questão desde 1810, depois da vinda da Corte portuguesa para o Brasil, quando estavam sendo limitadas as atividades do comércio de escravos por todo Atlântico a partir da pressão do Parlamento inglês. A primeira lei de proibição só foi mesmo aprovada em 1831 pela Assembleia legislativa, tendo recebido significativa oposição de políticos do Império do Brasil, que tentaram, inclusive, revogá-la nos anos posteriores como resposta às pressões inglesas.

Essa lei fez desativar o Cais do Valongo como local de desembarque, assim como o Cemitério de Pretos Novos. No entanto, o contrabando de africanos, as inúmeras apreensões de navios e os consequentes conflitos com as ações do governo britânico continuaram intensos até uma nova lei, a de 1850, que tornou indefensável e ilegal a manutenção do tráfico atlântico de escravizados. Entretanto, fez vista grossa ao crime perpetrado por comerciantes, senhores e autoridades ao manterem africanos chegados depois de 1831 no cativeiro ilegal. O silenciamento sobre a escravização ilegal de aproximadamente 750 mil africanos entrados após a lei de 1831 buscava apagar a responsabilidade do Estado imperial brasileiro por um crime contra a humanidade.

Mas o esquecimento completo do passado não foi possível. Estratégias abolicionistas mais radicais, a partir da década de 1860, como as do advogado Luis Gama,

consideravam que a lei de 1831 deveria continuar a valer e levaram para os tribunais diversas ações para libertar africanos importados ilegalmente, antes de 1850, assim como seus descendentes. Em sentido próximo, comunidades quilombolas no litoral brasileiro, como a de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, testemunhas do contrabando ilegal de africanos, também não esqueceram. Transformaram suas memórias em bandeira de luta pela titulação de suas terras e reconhecimento de sua história e cultura.

O sítio histórico e arqueológico do Cais do Valongo, sua construção (1811) e posterior aterramento, representa de uma forma icônica toda a longa história de dor e esquecimento da chegada dos africanos na cidade do Rio de Janeiro. Utilizado desde 1774, o local conhecido como Valongo recebeu cerca de 1 milhão de africanos escravizados até 1831, quando os negócios do tráfico na cidade se tornaram ilegais e seus agenciadores passaram a buscar portos clandestinos para o desembarque. Em 1843, o cais recebeu novo calçamento e reformas de embelezamento para a chegada da futura esposa de D. Pedro II, Tereza Cristina, dando início à primeira operação urbana de silenciamento sobre o local de chegada dos africanos escravizados. A partir de 1903, com as reformas dos governos republicanos de ampliação do porto, o próprio Cais da Imperatriz foi aterrado. Mais uma camada de pedras e de esquecimento era superposta aos dolorosos momentos de recepção dos africanos na cidade do Rio de Janeiro.

Em frente ao do atual sítio histórico e arqueológico do Cais do Valongo, encontra-se o prédio “Docas Rebouças” (originalmente Docas Pedro II), inaugurado em 1875 como um moderno ancoradouro e armazém para grãos de café. A construção foi planejada engenheiro negro e abolicionista André Rebouças, que exigiu trabalhadores não cativos para o trabalho. Sua presença hoje, ao lado do sítio do Cais do Valongo, é testemunho material e simbólico do talento, da criatividade, da resistência e do protagonismo que marcaram a história da população negra no Brasil.

5. Quais as lutas pelo fim da escravidão e pela afirmação da cidadania negra no Brasil Republicano?

Como canta o consagrado samba enredo da Mangueira de 2019, “a liberdade não veio do céu, nem das mãos de Isabel”. O desmonte do mundo escravista foi fruto das mobilizações negras ao longo do século XIX. Revoltas e fugas pressionaram os dirigentes imperiais por medidas legais que encaminhassem o fim da escravidão. Entre as décadas de 1860 e 1880, quando quase todas as áreas escravistas das Américas, à exceção de Cuba e Porto Rico, já tinham proclamado a abolição, o movimento abolicionista ganhou mais consistência. Ações de mulheres e homens escravizados nos tribunais, de libertos retornados da guerra do Paraguai e das sociedades abolicionistas colocaram o movimento no parlamento, jornais, teatros e ruas.

No final da década de 1880, as fugas em massa dos escravizados, especialmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, e a agitação dos abolicionistas, muitos deles ex-escravos, nas fazendas e cidades, com amplo apoio popular de negros e brancos, homens e mulheres, trabalhadores e intelectuais, deslegitimaram a dominação escravista. Senhores pressionados pelas mobilizações concediam a liberdade para todos os escravizados, buscando evitar o abandono de suas fazendas. Conflitos entre escravistas e abolicionistas em eventos e redações de jornais tornaram-se frequentes. Com apoio internacional, o movimento abolicionista atropelou o projeto gradual planejado pelas elites econômicas e políticas para o fim da escravidão e pode ser considerado como o primeiro movimento social do Brasil.

Em 13 de maio de 1888, embora o número de escravizados no Brasil já tivesse se reduzido bastante (formavam 5% da população afro-brasileira), ainda foram libertadas cerca de 750 mil pessoas, principalmente no Sudeste cafeeiro e na Bahia. O acontecimento, noticiado imediatamente por todo o Brasil pelos fios dos telégrafos, representou uma derrota para os que ainda defendiam a propriedade de uns sobre outros – e esperavam indenização – e uma esperança para os que acreditavam na almejada igualdade. Para desespero das autoridades e ex-senhores, as comemorações, com batuques e sambas, por todo o Brasil, duraram muitos dias e indicavam que os libertos buscariam exercer todos os seus direitos. Ao longo do século XX, a memória do

13 de maio, celebrada como conquista, bandeira de luta e denúncia do racismo não foi esquecida. Continuou em pontos de jongo e congados de comunidades negras do Sudeste, em festas de associações negras, em casas de religião afro-brasileira por todo o Brasil e em enredos de escolas de samba.

A lei da abolição de 13 de maio não indenizou ex-senhores e não garantiu direitos aos libertos ou alguma política de reparação, como o acesso à pequena propriedade, bandeira defendida por setores abolicionistas. Em meio à conquista da prometida liberdade, o racismo estrutural da sociedade brasileira aprofundaria a imposição da marca da escravidão para todos os pretos e pardos. A igualdade na lei seria atacada pela ampla divulgação das teorias raciais e racistas que estendiam a inferioridade a todos os africanos e seus descendentes, negando, com o aval de uma pseudociência, a possibilidade da equidade de direitos entre todos os homens. A nova república desenvolveria políticas que visavam branquear a população brasileira e esconder o passado africano.

A história sobre os descendentes de africanos produzida a partir da abolição em geral reforçou, de uma forma naturalizada, as representações estereotipadas sobre sua pretensa marginalidade e inferioridade. Nas narrativas disponíveis ao longo do século XX, todos os negros, até mesmo os que já eram livres muito antes de 1888, dificilmente conseguiam escapar desse único destino. Nos últimos anos, entretanto, o esforço do movimento negro e dos historiadores têm tirado do silêncio muitas outras histórias sobre o protagonismo da população negra nas lutas pela cidadania e construção de um sólido pensamento antirracista, capazes de fortalecer a autovalorização da população negra e mestiça.

A organização de associações e a publicação de muitos jornais, iniciados até mesmo antes de 1888, formam um dos mais impressionantes capítulos da força política e da capacidade de mobilização de trabalhadores e intelectuais negros, inclusive com vínculos internacionais. Preocupados com a denúncia do racismo, busca de melhores condições de vida, defesa direitos, valorização da beleza e cultura afro-brasileira, afirmação de identidades e valores, centenas de grêmios literários e educacionais, clubes recreativos e dançantes, escolas de samba, sindicatos e casas de santo, de perfil político plural, foram criadas por todo o Brasil, ao longo dos séculos XX e XXI. Entre

elas, na década de 1930, na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira, que também publicava o jornal *A Voz da Raça*, chegou a reunir 40 mil filiados. Na década de 1940, a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em São Paulo, teve ramificações por vários estados; no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro (TEM), publicava o jornal *Quilombo* e organizava congressos e cursos. Ainda durante a ditadura militar e já inserido nas lutas pela abertura política, transformação social e denúncia da democracia racial, foi criado, em 1978, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado (MNU) que teve importante atuação nos debates da Constituição de 1988 pela criminalização do racismo, valorização dos patrimônios afro-brasileiros, defesa das terras quilombolas e ações afirmativas. Na Assembleia Nacional do MNU, em 4 de novembro de 1978, sob proposição do grupo Palmares, o 20 de novembro foi escolhido como Dia Nacional da Consciência Negra. Nas décadas seguintes, outros grupos e organizações do movimento negro foram surgindo e seguiram na luta em diferentes frentes e com diferentes pautas, trazendo inclusive como forte demanda a introdução obrigatória do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

As ações de combate ao racismo e divulgação do pensamento antirracista contaram com a militância de diversos intelectuais e artistas, músicos e atores ao longo do século XX. Entre muitos, Manoel Tranquilino Bastos (maestro), Chiquinha Gonzaga (compositora), Monteiro Lopes (deputado federal), Juliano Moreira (médico), Hemetério dos Santos (professor), Eduardo das Neves (músico), Moyses Zacarias (operário), Pixinguinha (músico), Heitor dos Prazeres (músico), Paulo Silva (músico), De Chocolat (ator), José Correia Leite (editor de jornal), José Bernardo Silva (deputado estadual), Carolina de Jesus (escritora), Abdias do Nascimento (ator e escritor), Maria do Nascimento (assistente social), Ruth de Souza (atriz), Guerreiro Ramos (sociólogo), Eduardo Oliveira Oliveira (sociólogo), Mercedes Batista (bailarina), Solano Trindade (ator e escritor), Edson Carneiro (antropólogo), Beatriz Nascimento (historiadora), Carlos Marighela (militar), Lélia Gonzales (antropóloga), Joel Rufino dos Santos (historiador), Conceição Evaristo (escritora).

6. Passados sensíveis: Quando poderemos dizer que a abolição finalmente se completou no país? O futuro que queremos.

A história da escravidão se encontra no universo dos temas sensíveis de nosso passado. E não se trata simplesmente de uma dor diluída numa história de um passado remoto, num tempo em que submeter o outro a uma situação de desumanização era natural. A memória da situação de sofrimento no local em que esse sofrimento teve lugar faz dele um espaço no qual a ponte através do tempo – construída pela narrativa histórica – se pode concretizar. O trânsito entre o passado e o presente, mobilizado pela história trazida pela evidência do patrimônio material e imaterial, pelas imagens produzidas e documentos de época, se realiza com muito mais efetividade. E, portanto, permite construir uma compreensão mais sensível e, nesse sentido, mais completa e justa, do significado humano dos lugares de memória.

As histórias que permitem interpretar o Cais do Valongo e seu entorno como patrimônio têm o papel de lembrar que, assim como toda a beleza e poder da criação, a dor é parte da herança deixada por nossos antepassados africanos. Essa dor que atravessa a memória sensível dos descendentes faz do trauma da escravidão um processo cultural de base na formação de identidades no pós-abolição. Porém, além de seus aspectos de violência e dor, cruza também espaços nos quais a resistência e a celebração da luta e da vida emergem como símbolos fortes. Se, no entorno do cais, existe o Cemitério de Pretos Novos, no qual na vala comum se enterravam à flor da terra os africanos recém-chegados que não resistiram à dureza da travessia, existe também a Pedra do Sal em que se reuniam, naquele tempo, cativos e libertos a contar e cantar suas histórias, depois de dias de duro trabalho no porto, nas rodas de capoeira e ao som dos batuques. E é o mesmo lugar em que se formou mais tarde um quilombo tecido na identidade negra e na solidariedade, por processos migratórios no período do pós-abolição.

Na Pedra do Sal hoje se realizam rodas de samba, se celebram com regularidade datas festivas da comunidade negra e se leva a frente a luta pela demarcação de um quilombo urbano de características únicas. Trata-se de um lugar em que a escravização de africanos se operava comercialmente, no qual as mais diferentes formas de luta por

espaços de liberdade foram surgindo e interagindo no espaço da cidade, e se estendendo pelo país. No Cais do Valongo hoje, escolas semanalmente recebem aulas de história pública, companhias de teatro realizam performances, rodas de capoeira periódicas se realizam e a lavagem simbólica do local se tornou data oficial no calendário de festejos da cidade, demarcando o pertencimento cultural e religioso da memória que se constrói sobre a região. Nas proximidades da Praça dos Estivadores, rodeada no passado pelos armazéns onde se vendia e comprava cativos, havia casas religiosas de matriz africana como a de João Alabá no século dezenove e, um pouco mais tarde, no início do século vinte, ali funcionava a associação carnavalesca Chora na Macumba e uma das sedes do sindicato da estiva. Hoje os Filhos de Gandhi realizam suas festas nesta praça, em frente à sede de organizações não governamentais dedicadas à cultura afro-brasileira, como a Pequena África e Remanescentes de Tia Ciata. Nos entrelaces do tempo, há nesse espaço uma série de logradouros que, ao serem assumidos como lugares de memória, assinalam diferentes formas de resistência, afirmação e luta da população negra no passado e no presente.

Conhecer a história da escravidão e da luta pela liberdade de nossos antepassados faz parte do nosso direito à memória. Entrar em contato, por meio da pesquisa científica, com os personagens negros que protagonizaram essa história, e seus patrimônios culturais, é ter a oportunidade de encontrar referências que poucas vezes se encontram nas narrativas presentes nos manuais didáticos e nos espaços de mídia. Incorporar relatos em primeira pessoa de membros da comunidade negra sobre sua própria trajetória, de suas famílias e daqueles com que conviveram ou de quem souberam histórias, é reconhecer a voz e o direito de protagonistas da História. Trata-se de metodologias e estratégias de construção e divulgação do conhecimento que se colocam como uma política cultural de reparação a ser desenvolvida pelo MUHCAB.

O racismo é uma forte marca na formação da sociedade brasileira, a violência um eixo constitutivo das relações sociais e a profunda desigualdade uma característica que atravessa os tempos. A abolição da escravidão não alterou esses aspectos definidores da nossa vida social, que se mostram presentes a cada momento na história brasileira, e se reiteram na política excludente e na resistência a qualquer avanço por parte de amplos setores das elites nacionais. Expor e problematizar narrativas de outras

histórias, trazendo ao espaço museal a beleza, a arte, a criatividade, a capacidade de luta e de realização de brasileiros e brasileiras negras é uma questão de direito, de afirmação, **de reparação** e de reconhecimento de bases vivas e profundas da identidade nacional. E é uma forma de reconstruir o futuro.

7. Quais as palavras chave para a construção da história do negros no Brasil?

Resistência

Protagonismo

Transformação

Afirmção, Ancestralidade, Cidadania, Criatividade, Adaptação, Colorismo, Intolerância, Exclusão/negação, Direito à memória, Dissidência, Descolonização, Empoderamento, Gênero, Identidade, Iniciativa, Insurgência, Liberdade, Orgulho, Patrimônio, Positivção, Presença, Racismo, Resiliência, Reparação, Temas sensíveis, Violência.

II – BRIEFING PARA PROJETO EXPOGRÁFICO DO MUSEU DE TERRITÓRIO

Situações problema, temas e conteúdos em destaque (Rio de Janeiro/Brasil/Atlântico Negro)	Locais de Memória e Personagens no museu de território	LOCALIZAÇÃO Instalação
<p>1. Chegada – Quem eram? De onde vieram? Como vieram?</p> <p>a. Aspectos da vida social em comunidades africanas das regiões atingidas pelo tráfico escravista</p> <p>b. Processos de escravização na África – rotas internas, transformações ao longo do tempo</p> <p>c. Diáspora Africana: povos africanos no Rio de Janeiro, no Brasil e nas Américas?</p> <p>d. A experiência de chegar no maior porto escravista das Américas:</p> <p>i. o que acontecia?</p> <p>ii. Sentimentos e solidariedades: medos? Estranhamentos? O espetáculo do sofrimento? Desrespeitos impensáveis no universo cultural de origem.</p> <p>iii. O que foi possível trazer?</p> <p>iv. Formas de resistir e sobreviver</p> <p>v. A (re) criação da África no Brasil: identidades étnicas e lutas contra a escravização</p>	<p>Valongo</p> <p>Cemitério dos Pretos Novos</p> <p>Casa do Africano Mina</p> <p>Mercado do Valongo/ Largo do Depósito</p> <p>Largo da Prainha/ Igreja São Francisco da Prainha</p> <p>Histórias de africanos no Rio de Janeiro:</p> <p>*Catarina Cassange *José Angola *Africano mina procurado *Barbeiro Antonio José Dutra (do Congo) * Dona Florinda Gaspar</p>	<p>MUHCAB (mapas da África e do tráfico)</p> <p>Cais do Valongo</p> <p>LAAU</p> <p>Jardim Suspenso do Valongo/Mirante da Pequena África</p> <p>Largo da Prainha</p> <p>Barão de São Félix</p>

<p>2. Rio de Janeiro: a cidade mais africana das Américas?</p> <p>a. O que era ser escravizado? Tornar-se escravizado no Rio de Janeiro, no Brasil e nas Américas.</p> <p>b. Qual o contato com os cativos e libertos africanos que formavam a maioria da população da cidade do Rio de Janeiro?</p> <p>c. Como era a vida dos que permaneceram na cidade, suas formas de luta, solidariedade, organização política, religiosa e cultural?</p>	<p>Largo de São Francisco da Prainha</p>	<p>MUHCAB Mapas de rotas internas ao Brasil e em direção à região do Prata</p> <p>Largo de São Francisco da Prainha</p> <p>Igreja de Santa Rita</p>

<p>3. Qual o destino no Brasil dos africanos que desembarcaram na região do Cais do Valongo?</p> <p>a. Como era a experiência de ser transferido para as zonas rurais onde construía a riqueza do Brasil com seu trabalho forçado nas grandes fazendas de café no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais?</p> <p>b. Qual a expectativa de vida nas grandes plantations de café e cana de açúcar? A transformação destas áreas hoje em locais da memória da escravidão (vestígios materiais de antigas fazendas e da presença de comunidades remanescentes de quilombo formadas por descendentes dos que sobreviveram).</p> <p>c. Quais os outros destinos dos africanos no escravizados no Brasil e nas Américas? A construção da riqueza do Brasil com o trabalho dos africanos no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. Todas as atividades econômicas no Brasil dependiam do trabalho do africano escravizado e seus descendentes.</p>	<p>Mercado de escravos da rua do Valongo</p>	<p>MUHCAB</p> <p>Mirante da Pequena África</p> <p>Praça dos Estivadores</p> <p>Rua da Saúde</p>
<p>d. Dos quilombos às lutas pela alforria, quais as formas de resistência, dissidência, solidariedade e identidade possíveis no trabalho das fazendas de café? Como se construíram as comunidades de senzala, suas famílias e formas de expressão cultural?</p> <p>e. Diversidade étnica e regional : uma</p>	<p>Quilombos da baixada fluminense. HistóriaS de Catarina Cassange e do africano Joaquim Mina</p>	<p>Mirante da Pequena África</p>

<p>história de transformações (o impacto da chegada de novos africanos e de escravizados de diferentes regiões)</p> <p>f. O nascimento da cultura afro-brasileira no Sudeste do Brasil e em outras regiões do país: resistência, criatividade, dissidência, adaptação e transformação. As aproximações da diáspora africana nas Américas.</p>	<p>Vendedoras, irmandades, histórias de personagens.</p>	<p>Praça dos Estivadores</p> <p>Largo da Prainha</p>
<p>4. Quebrando silêncios: Quem eram os cidadãos negros no Império do Brasil?</p> <p>a. As lutas pelo fim do tráfico africano no Atlântico; o esquecimento do Valongo e dos africanos escravizados ilegalmente; as disputas da memória no cenário urbano: o cais da imperatriz e as reformas de Pereira Passos.</p> <p>b. Socialmente invisíveis ou chamados “livres de cor”, quem eram e quantos eram os cidadãos e súditos negros do Império do Brasil?</p> <p>c. Qual a participação dos descendentes de africanos, livres, libertos ou escravizados, na Independência do Brasil, nas revoltas do Império do Brasil e na derrubada do escravismo nas Américas?</p> <p>d. As fugas, grandes insurreições escravas e os quilombos da liberdade. Identidades escravas e negras nas Américas e no Brasil.</p> <p>e. Qual o impacto da Constituição de 1824 e das revoluções liberais americanas para as demandas pelo fim da escravidão e exercício da</p>	<p>Diversidade de experiências</p> <p>Valongo como mirada em direção à África (conexões, retornos)</p> <p>Fugas na região do Cais do Valongo (anúncios de jornal)</p> <p>Localização de protestos escravos e dos jornais de libertos.</p> <p>Histórias de</p>	<p>Rua da Saúde</p> <p>Mirante da Pequena África</p> <p>Praça dos Estivadores</p> <p>Praça dos Estivadores</p>

<p>cidadania dos libertos, homens e mulheres negras livres que formavam a maior parte da população brasileira?</p> <p>f. Quais as ações individuais e coletivas dos descendentes de escravizados pelo reconhecimento de sua presença? De que formas lutaram pelo direito ao exercício da cidadania negra e ao legado cultural africano no Brasil e nas Américas?</p> <p>g. Muitos livres e libertos viveram em situação de extrema fragilidade social, podendo ser confundidos com cativos em fuga e mesmo escravizados ilegalmente. Sem dúvida, era notória a precarização da liberdade da maioria das populações livres “de cor”. Outros experimentaram processos de mobilidade social, a partir do acesso à alforria, como quitadeiras, barbeiros, artesãos, pequenos comerciantes, artistas populares, algumas vezes tornando-se pequenos proprietários de escravos.</p> <p>h. Outros, ainda, tiveram participação importante na vida cultural e política brasileira. Mas suas experiências de racismo, bem como suas origens afro-brasileiras, se mantiveram invisíveis para a posteridade, até recentemente. Como quebrar o silêncio? Como tornar evidente o racismo estrutural da sociedade brasileira e as iniciativas de branqueamento da nossa história?</p>	<p>muçulmanos no Rio de Janeiro (o africano mina) e notícias de revoltas na cidade e quilombos nas proximidades.</p> <p>Ações de libertos e livres de cor na região</p> <p>Personagens confundidos com cativos. História de Rufina e Evaristo.</p> <p>Histórias de personagens: Paula Brito, Machado de Assis, José Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Antonio e Andre Rebouças. Joaquim Nicolau de Brito (africano do Congo)</p> <p>Personagens da literatura: a escrava (de Maria Firmina dos Reis) e o mulato do livro de Aluísio de Azevedo</p>	<p>Largo da Prainha</p> <p>MUHCAB</p> <p>Jardim Suspenso</p>

<p>5- As lutas pelo fim da escravidão e a afirmação da cidadania negra no Brasil Republicano</p> <p>a. As lutas pela liberdade no Rio de Janeiro, no Sudeste, no Brasil e no Atlântico Negro</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O protagonismo da população negra nos tribunais, nas irmandades, nos jornais, nos teatros e o vibrante movimento abolicionista. 2. As fugas em massa dos escravizados no Sudeste e no Brasil. 3. As memórias da escravidão, da abolição e da liberdade entre comunidades negras, no ensino de história e nas narrativas públicas. 4. A construção dos patrimônios culturais negros no Brasil e nas Américas negras. <p>b. O pós-abolição como problema histórico no Rio de Janeiro: racismo, antirracismo, cidadania e luta por direitos políticos, religiosos e culturais.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A racialização dos espaços da cidade: o surgimento dos cortiços, das favelas e dos processos de remoção do centro da cidade. 2. O racismo estrutural da sociedade brasileira e a imposição da marca da escravidão a todos os pretos e pardos. 3. A construção da Pequena África e da modernidade carioca: o reencontro dos descendentes de africanos na cidade do Rio de Janeiro; as migrações negras dos vales do café do Sudeste e da Bahia: 4. Os movimentos sindicais dos trabalhadores negros do porto. 5. A fundação das casas de santo e o direito às religiões afro-brasileiras. As estratégias de luta, de negociação e conflito, contra a intolerância. 6. A moderna cultura afro-brasileira no Atlântico Negro: os músicos do lundu, choro, samba e maxixe; as associações dançantes, os clubes carnavalescos e as escolas de samba. 7. O ativismo negro, as lutas antirracistas e por direitos políticos: a imprensa negra, 	<p>Praça dos estivadores</p> <p>Locais de memória em torno da Pedra do Sal, Barão de São Felix, Senador Pompeu, Livramento e Propósito; nas praças dos Estivadores, da Harmonia e praça Onze; nos morros da Providência, do Estácio e da Tijuca.</p> <p>Histórias de Personagens: Eloi Antero Dias, João da Baiana, Tia Perciliana, Tia Ciata, Prata Preta.</p> <p>Histórias de personagens: Monteiro Lopes, Ferreira de Menezes, Hemetério dos Santos, Juliano Moreira, Estevão Silva</p>	<p>MUHCAB</p> <p>Mirante da Pequena África</p> <p>Praça da Harmonia</p> <p>Pedra do Sal</p>
--	--	---

<p>a revolta da vacina e a revolta da Chibata; a participação de lideranças negras nas eleições, pelo direito ao voto, em movimentos pela escolarização e em ações coletivas políticas e antirracistas; a ação de professores, intelectuais, músicos e artistas negros na luta antirracista.</p> <p>8. Negras e negros no mundo do trabalho e no movimento sindical: lutas sociais e afirmação política.</p> <p>9. A política negra transnacional da negritude e de combate ao racismo: a conexão das lutas contra a dominação, a violência e o sofrimento, a partir do tráfico, do trabalho compulsório, dos processos de racialização e negação da cidadania, aproximaram e fazem convergir a história de africanos e seus descendentes em todos os lugares da diáspora, por mais que as metrópoles coloniais e as referências africanas fossem diferentes.</p>	<p>Histórias de Personagens e dos Movimentos Negros: *Joel Rufino dos Santos *Abdias do Nascimento * José Correia Leite * Mercedes Batista</p>	<p>Sociedade da Resistência dos Trabalhadores do Trapiche e do Café</p> <p>União das Costureiras</p> <p>Largo da Prainha</p>
<p>c. Momentos políticos silenciados: A presença negra no Brasil contemporâneo.</p> <p>1. A participação negra nos movimentos republicanos, nos movimentos modernistas, na Frente Negra, nos movimentos pela redemocratização, nas lutas contra as ditaduras.</p> <p>2. Negras e negros médicos, cientistas e inventores</p> <p>3. Negros e negras e representação política</p> <p>4. Negros e negras no esporte: visibilidade e reconhecimento</p> <p>5. Os movimentos negros no Brasil Republicano: associações, jornais, movimentos culturais e artísticos.</p>	<p>Histórias de personagens</p>	

<p>6 - Passados sensíveis: Quando poderemos dizer que a abolição finalmente se completou no país? O futuro que queremos</p> <p>a. Políticas públicas e de reparação necessárias: o desequilíbrio racial de riqueza e de acesso a direitos no Brasil e nos locais da diáspora.</p> <p>b. Fortalecimento da dimensão transnacional da experiência africana nas Américas, antes e depois do fim da escravidão. Aproximar o espaço atlântico e amefricano nas lutas pela liberdade e igualdade, ao longo dos séculos XVI ao XXI</p> <p>c. A arte e as literaturas negras e suas formas de expressão nas mais diversas linguagens: artes plásticas, música, dança, poesia, contos, novelas.</p> <p>d. Ações de reconhecimento e afirmação: O Brasil que não se vê e que precisa ser reconhecido, positivado e empoderado.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na escrita da história do Brasil 2. Na aproximação com a África – ancestralidade e conexões Sul-Sul 3. No direito à memória 4. Nas representações imaginárias e artísticas da nação brasileira 5. Na vida política, artística, científica, acadêmica, esportiva, econômica, empresarial e social do país. 	<p>Casa Tia Ciata, Filhos de Gandhi, Centro Cultural da Pequena África.</p> <p>Livros: Um defeito de Cor, O crime do Cais do Valongo, Água de Barrela etc Cadernos Negros</p>	<p>MUHCAB</p> <p>Mirante da Pequena África</p> <p>Valongo</p>

ANEXO: PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO DO CAIS DO VALONGO

Princípios/Justificativas

O Cais do Valongo é Patrimônio da Humanidade a partir de seu reconhecimento pela UNESCO como lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e da resistência cultural e política da população negra a uma longa história de violência e exclusão. Situada no Rio de Janeiro, a região do Cais do Valongo, entre o final do século XVIII e 1831, foi uma área oficialmente reservada para o desembarque, quarentena e venda dos chamados pretos novos. Estima-se que um milhão de pessoas trazidas à força da África pelas rotas atlânticas desembarcaram na enseada onde está o cais, entre o final do século XVIII e o ano de 1831. Em nenhuma outra parte do mundo desembarcaram tantos africanos escravizados como nessa cidade.

O Valongo e o seu entorno têm o papel fundamental de relembrar a tragédia do tráfico transatlântico de escravizados, mas também o momento primeiro de construção da cultura afro-brasileira, a partir do encontro dos sobreviventes da travessia com seu novo destino. Trata-se de um processo absolutamente extraordinário, que evidencia a crueldade humana, mas também a capacidade de resiliência, insubordinação, resistência, transformação e criatividade cultural dos africanos brutalmente arrancados do seu continente de origem.

A proposta de sinalização precisa trazer subsídios para a interpretação do sítio histórico e arqueológico do Valongo na perspectiva esboçada acima. Mas também precisa reparar memórias esquecidas, apagadas e silenciadas; precisa sensibilizar para a dor e sofrimento, e ir além, sinalizando para o protagonismo dos africanos e afro-brasileiros na transformação da própria História do Brasil, nas lutas contra a escravidão, pela liberdade e cidadania.

Propomos, então, 6 placas/totens ao todo. Cinco (5) placas/totens dizem respeito diretamente à interpretação do Cais do Valongo (e seu complexo de recepção, morte, comercialização e transformação dos africanos recém chegados). Uma sexta placa está relacionada à localização de 3 “lugares de memória” representativos da história da

diáspora africana na região. Os “lugares de memória”, que precisam ser entendidos e valorizados como símbolos da presença e do protagonismo da população africana e afro-brasileira, operam também como registros complementares de interpretação do Cais do Valongo – epicentro da chamada *Pequena África* na história da cidade do Rio de Janeiro, do Brasil e do Atlântico Negro.

PLACA 1

Identidades

Texto

A maior parte dos africanos escravizados que desembarcou no Cais do Valongo era da África Centro-Ocidental, região conhecida como Congo-Angola. Os registros de época indicam que, entre os anos de 1790 e 1830, os que tinham origem nessa área do continente africano formavam 80% do total dos que aqui eram desembarcados. Um percentual menor tinha origem em Moçambique, na África Sul Oriental, e nos portos da África Ocidental situados acima da linha do Equador – região conhecida também como Costa da Mina, correspondendo hoje aos litorais de Gana, Togo, Benin e Nigéria.

As identidades dos escravizados que chegaram ao Cais do Valongo se constituíam a partir de elementos de sua cultura de origem (vida social, línguas, crenças religiosas e costumes) e nas relações estabelecidas ao longo do processo de escravização e travessia atlântica. A maneira como se identificavam pode indicar tanto onde estava sua terra natal e quem era seu povo, como o parentesco que criavam e descobriam na experiência do cativo.

De seus povos e famílias africanas, traziam nomes de origem e muitas vezes marcas corporais – as escarificações, os dentes limados - que os identificavam. O seus nomes em geral eram apagados pelo desenraizamento e separação da família, ou sofriam mudanças no contato com parceiros de viagem e na criação de novos laços de parentesco.

Muitos africanos eram batizados na religião católica, independentemente de suas vontades, no armazém ou fortaleza onde eram obrigados a esperar o embarque, na

África, e recebiam novos nomes em Língua Portuguesa. A esses nomes era agregado um *nome de nação*, que poderia ser dado por mercadores escravistas, por funcionários da Alfândega ou por eles próprios, marcando sua nova identidade. Assim, surgiram nomes como Catarina Cassange, José Angola ou Manuel Congo, atribuídos a essas pessoas. Alguns nomes de nação se referiam ao seu povo, outros ao local onde haviam sido capturados ou ao porto de onde partiu o navio no qual fizeram a terrível travessia atlântica.

Ainda desembarcaram no Cais do Valongo escravizados vindos de portos brasileiros, trazidos pelo tráfico escravista interno que conectava o Rio de Janeiro a cidades como Salvador e Recife, entre outras cidades costeiras, especialmente durante o século dezanove.

Fontes escritas

Na Galleria de Santo Antonio Destemido, chegada e Angola com escravos, e tendo feito a sua entrada em Vallongo, e existindo ainda alguns de resto por não terem chegado seus donos, e participasse que hajao de mandar tomar conta quem tiver direito aos mesmos¹

Joaquim José Ferreira dos Santos, faz leilão no seu armazém n. 70² na rua do Valongo hoje Sexta Feira do corrente [1828], de uma porção de escravos novos chegados proxicamente de Cabinda em o Bergatim Tejo, que se vendem por conta de quem pretender, em lotes de 10, ás 4 horas da tarde.³

Imagens sugeridas

- Mapa das rotas da escravidão com as setas, tendo como base o Slave Trade Database (slavevoyages.org)
- Mapa da África com as regiões atingidas pelo tráfico escravagista.
- Mapa do livro da historiadora Mary Karash. KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, p.53.

¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de julho de 1821.

² Hoje corresponde ao número 77 da rua Camerino.

³ Anúncio do *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1828.

Imagens de Debret e Rugendas com os tipos de africanos e africanas do Rio de Janeiro – década de 1820 (domínio público).

PLACA 2

Tráfico e mercado de escravos

Textos

Tráfico

O Brasil foi o destino de mais de 40% dos africanos exportados de suas terras de origem durante todo o período do tráfico atlântico, dos quais cerca de 60% desembarcou nos portos do Rio de Janeiro. Estima-se que quase um milhão de pessoas escravizadas trazidas da África pelas rotas transoceânicas chegou a esse litoral quando o Cais do Valongo era o mais importante local de desembarque de cativos. Boa saída.

O comércio de africanos escravizados constitui o mais longo processo de migração forçada da história. Milhões de seres humanos em cativeiro, postos em movimento na grande travessia, não podiam carregar consigo nenhum bem material, mas traziam suas ideias, tecnologias, conhecimentos, crenças e memórias. Algumas vezes, quando muito, no corpo levavam adornos e amuletos - proteção contra os males tão próximos e presentes. No continente africano o que se esperava dessa passagem pelo oceano era a morte, uma segunda morte – já que a separação da família e da aldeia havia sido a primeira.

A viagem era longa, e muitas vezes demandava tempos de espera em armazéns e fortalezas. No caminho desde a escravização até a chegada ao Novo Mundo, os cativos, em grande maioria muito jovens, foram criando significados a partir de sua herança imaterial e constituindo novas realidades culturais. Na travessia, laços se faziam – surgiam os *malungos*, companheiros de embarcação, laço coletivo de uma experiência dolorosa comum.

Mercado

A transferência do desembarque e do mercado de africanos escravizados do centro da cidade para a então distante enseada do Valongo, no final do século XVIII fez com que se incrementasse a ocupação da área. Até então, a região era fundamentalmente ocupada por chácaras nos morros do seu entorno e pela atividade pesqueira na sua orla. Ao longo do século XIX, junto com o comércio escravista, a atividade portuária se dinamizou e a região foi cenário de um crescimento urbano: ao lado dos estabelecimentos que vendiam a chamada mercadoria humana, foram instalados depósitos e armazéns de produtos agrícolas, especialmente o café, e manufaturados.

O movimento de embarque e desembarque, a chegada constante de embarcações com produtos e pessoas, principalmente trazidas da África, passou a fazer do Valongo uma região da cidade e do país de maioria negra e voltada ao continente de origem, um ponto de referência para africanos libertos e escravizados, vivendo ou passando pelo Rio de Janeiro. Uma população numerosa de africanos escravizados e libertos, empregados nas atividades portuárias e comerciais, passou a circular no Valongo, tornando essa região majoritariamente negra e referência para os que viviam ou passavam pelo RJ.

Fontes escritas

- *Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são depósitos de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me dêles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se que todos me estavam vendo depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a êles e olhei-os de perto, e ainda que disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para êles; com tudo isso*

*pareceram êles encantados; pularam e dançaram como que retribuindo as minhas cortezias.*⁴

- *Mas o que nos deixou profundamente impressionados foi ver como tinha sido possível a um número tão grande de seres humanos continuarem vivos naquelas condições; amontoados tão compactamente em estreitos cubículos de um metro de altura, onde não entrava luz nem ventilação a não ser nos pontos situados imediatamente embaixo das escotilhas, (...). O espaço entre o tombadilho era dividido em dois compartimentos de três pés e três polegadas de altura; o tamanho de um deles era 16 pés por 18, o do outro de 40 por 21. No primeiro ficavam amontoados mulheres de todas as idades; no segundo os homens, adultos e crianças. Assim, 226 seres humanos eram mantidos confinados num cubículo de 288 pés quadrados, enquanto outros 336 se comprimiam num espaço de 800 pés quadrados, o que correspondia em média 23 polegadas para cada homem e não mais do que 13 para cada mulher, apesar de muitas delas estarem grávidas*⁵.

- *O lugar onde fica situado o grande mercado de escravos é uma rua comprida e sinuosa, chamada Valongo, que vai da beira-mar até a extremidade nordeste da cidade. Quase todas as casas dessa rua são depósitos de escravos que ali ficam à espera de seus compradores. Esses depósitos ocupam os dois lados da rua, e ali as pobres criaturas são expostas à venda como qualquer outra mercadoria. Quando chega um comprador, eles são trazidos à sua presença, sendo por este examinados e apalpados em qualquer parte do corpo, exatamente como já vi açougueiros fazerem com os bois. O exame todo se restringe apenas à avaliação da capacidade física do escravo, sem a menor preocupação quanto as suas qualidades morais, que interessam tanto a um comprador quanto se estivessem adquirindo um cão ou um burro.*⁶

Imagens sugeridas

- Fotos de adornos corporais encontrados nas escavações do Cais do Valongo e que se encontram no acervo do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU)

⁴ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil... 1821-1823*. trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. pp.188-254

⁵ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil* (1828-1829). Vol. 2. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 216

⁶ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil* (1828-1829). Vol. 2. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 152

- Augustus Earle: *Valongo, ou mercado de escravos no Rio*. Publicado em GRAHAM, Maria. *Journal of a Voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. London, 1824.
- "Sections of a Slave Ship". Gravura que integra a obra "Notices of Brazil in 1828 and 1829", de R. Walsh, publicada em Londres em 1830. Obra rara do acervo bibliográfico do Arquivo Nacional. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. OR_0524_v2_f478. Ver em:

<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/28149080398>

PLACA 3

Resistência, protagonismo e transformação

Texto

A presença dos africanos marcou definitivamente a história da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. Com a chegada dos primeiros africanos escravizados, iniciava-se a história da resistência à escravidão e o nascimento da cultura afro-brasileira. Entre os que desempenhavam atividades nas cidades, como carregadores, quitandeiros, vendedoras, barbeiros, costureiras, parteiras, modistas, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, barqueiros, alfaiates, ou nas fazendas, com o trabalho de plantio, beneficiamento e transporte, foram intensas e multifacetadas as ações de dissidência, de transformação das condições de vida impostas pela escravização e de luta pela liberdade.

Ao longo do século XIX, fugas de homens e mulheres escravizadas eram constantemente noticiadas nos jornais, muitas vezes para quilombos próximos, articulados a redes familiares e comunitárias, em meio a uma multidão crescente de negros livres nos núcleos urbanos. Eram também frequentes as preocupações das autoridades policiais com possíveis rebeliões, reuniões sediciosas, encontros religiosos e festivos, evidenciando a força política dos africanos e de seus descendentes.

O Rio de Janeiro, no século XIX, era uma cidade negra em todas as suas dimensões: desde a circulação dos escravizados até a expressiva presença de homens e mulheres

negros, libertos ou nascidos livres, que, em diferentes posições sociais, desafiavam a hierarquia racial e escravista. O protagonismo político dos descendentes de africanos escravizados ficou mais do que nunca evidente nas reuniões e campanhas políticas pela abolição da escravidão. Entre os militantes abolicionistas das cidades, na década de 1880, destacaram-se libertos e cidadãos negros livres, como políticos, escritores, jornalistas, médicos, engenheiros, músicos, atores e trabalhadores, além dos membros das irmandades religiosas negras. Mas a pressão maior veio mesmo das fugas coletivas das fazendas em várias regiões do Brasil, generalizadas nos meses que antecederam a lei, muitas vezes para quilombos abolicionistas, organizados em apoio à ação dos últimos escravizados.

A memória do cativo, das lutas pela liberdade e do legado cultural dos antepassados africanos não seria esquecida, mesmo muito tempo depois do fim da escravidão. Pelo contrário, tornou-se instrumento político de afirmação para os diferentes movimentos antirracistas ao longo dos séculos XX e XXI.

O prédio “Docas Rebouças”, inaugurado em 1871 como um moderno ancoradouro e depósito para os produtos do porto, foi planejado pelo engenheiro negro e abolicionista André Rebouças, que exigiu que na sua construção não houvesse uso de mão de obra escravizada. Sua presença bem em frente ao “cais do Valongo” é testemunho material e simbólico do talento, da criatividade, da resistência e do protagonismo que marcaram a história da população negra no Brasil.

Fontes escritas

- Anúncios de fugas em jornais e escravizados e africanos (montagem de notícias) – *Gazeta do Rio de Janeiro*, 26/9/1812; 23/1/1820 (Faria, Gomes, Soares, Araújo. *Cidades Negras*, São Paulo, Alameda, 2006); *Diário do Rio de Janeiro*, 28/12/1830; 4/1/1830, 25/1/1831, 7/11/1831 (ver na dissertação de LUCENA, Evelyn. *Josefa Moçambique, Clara Rebolo, Joaquina de Nação e Quitandeira Monjolo: novas narrativas para o ensino da história da escravidão*. UFRJ, Mestrado Profissional de Ensino de História, 2018)

Exemplos:

No dia 21 do corrente mês fugiu um escravo novo, vindo proxivamente de Angola, do Armazém do Valongo nº 106, marcado no peito esquerdo com a marca S no meio de um Triangulo; quem dele tiver noticia, dirija-se ao mesmo armazém donde achara seu dono, que lhe dará as alvissaras.⁷

No dia 8 de junho desse ano, desapareceu da casa 119 da rua do Valongo um escravo pardo claro, com idade de 16 para 17 anos, vestido com calças de brim, vestia de chita branca já velha, e camisa de linho; tem as pernas finas e os dedos das mãos um tanto defeituosos, e se chama Claudino. Quem o trouxer a mencionada casa na rua do Valongo 119 será recompensado, bem como se noticiar com certeza o lugar onde esteja. Tem de mais a mais um dente que falta adiante no queixo superior.⁸

- Cartas e/ou documentos de chefes de polícia – Arquivo Nacional, códice 334, 1833-1840, “Correspondência reservada recebida pela repartição de polícia (Martha Abreu. *Império do Divino*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p.199 e 240); Faria, Gomes, Soares, Araujo, *Cidades Negras*, São Paulo, Alameda, 2006, p.52.

Imagens sugeridas

- Carregadores de café. Hildebrant, Ewbank e Paul Harro-Harring.
- Vendedoras nas ruas. Imagens produzidas por Debret; fotografias de Christiano Jr e Marc Ferrez
- Fotos e pinturas retratando homens e mulheres livres negras e negros (Paula Brito, Luiz Gama, Machado de Assis, Rebouças, Patrocínio, José Ferreira de Menezes, Monteiro Lopes, Maria Firmina dos Reis, entre outr@s)
- Mapa das áreas escravistas no Brasil

⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de dezembro de 1821.

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de julho de 1824.

PLACA 4**História e Memória****Texto**

A transformação do Cais do Valongo em monumento símbolo de um capítulo trágico da história - o tráfico transatlântico de escravizados - marca o atual compromisso da sociedade brasileira com o não esquecimento desse passado. Mas nem sempre foi assim: o local passou por sucessivas reformas e consequentes apagamentos das histórias ali vivenciadas. As políticas da memória, em ações de lembrar, homenagear ou silenciar determinados fatos, são frequentemente inscritas nos espaços urbanos a partir de diferentes projetos arquitetônicos.

Em 1843, foram feitas reformas de embelezamento do antigo cais de recepção dos africanos escravizados para a chegada da futura esposa de D. Pedro II, Tereza Cristina, e o local passou ser denominado Cais da Imperatriz. Calçamento, píer, estátuas de divindades greco-romanas e decoração clássica na fachada dos prédios compuseram o desenho refinado da nova Praça Municipal da então Corte imperial. Em 1872, um chafariz com obelisco de pedra e aço, construído em homenagem à chegada da Imperatriz, completou a operação de silenciamento da experiência dos africanos no Valongo.

A partir de 1903, com as reformas de ampliação do porto dirigidas pelo prefeito Pereira Passos, o próprio Cais da Imperatriz foi enterrado pela modernidade republicana, embora o obelisco tenha sido mantido. Mais uma camada de esquecimento era superposta aos dolorosos momentos de recepção dos africanos escravizados na cidade do Rio de Janeiro. Os aterros e projetos arquitetônicos para o novo porto esconderam o passado africano da cidade e afastaram, definitivamente, o mar do velho cais do Valongo.

Dar visibilidade ao Sítio Arqueológico e Histórico do Cais do Valongo, depois de sua localização em 2011, é reconhecer a importância dos africanos que chegaram escravizados ao Brasil e homenagear a resistência cultural e política da população negra

Imagens e mapas sugeridos

- Largo da Imperatriz, Foto Augusto Malta, s/d, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O prédio da Docas Rebouças pode ser visto ao longe, à direita.
- Vista da fachada voltada para o mar das Docas D. Pedro II. Foto retirada do livro: TURAZZI, Maria Inês (org). *Um porto para o Rio: imagens e memórias de um álbum centenário*. Com apresentação de Maria Tereza Villela Bandeira de Mello. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Casa da Palavra, 2012, p.97. (foto sem data/autor); imagem com resolução melhor no blog *Rio Antigo*.
- Mapas da reforma do porto. Ver: TURAZZI, Maria Inez (org). *Um porto para o Rio. Imagens e memórias de um álbum centenário*. Com apresentação de Maria Tereza Villela Bandeira de Mello. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Casa da Palavra, 2012.
- Imagens das escavações do Sítio Arqueológico Cais do Valongo (2011).

PLACA 5

Patrimônio Mundial

Texto

No ano de 2016, a candidatura do Cais do Valongo à Patrimônio da Humanidade foi apresentada à UNESCO, como lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e da resistência cultural e política da população negra a uma longa história de violência e exclusão. Destacou-se nessa candidatura seu significado de sítio histórico de caráter sensível, marcado por uma história de sofrimento e violência. Em 9 de julho de 2017 a Assembleia Geral da UNESCO, reunida na cidade de Cracóvia, na Polônia, reconheceu o Cais do Valongo como Patrimônio Mundial, em decisão histórica.

A candidatura foi construída a partir do desenterramento do cais e sua identificação durante as obras na região em 2011, que fez surgir um movimento, com a participação de setores da sociedade civil e representantes de movimentos negros, para valorizar e proteger o bem. Essa articulação fez com que, em 2012, se produzisse a Carta de Recomendações do Valongo e, com a presença de lideranças de religiões de matriz africana, se realizasse a primeira lavagem simbólica do cais, celebração que hoje faz parte do calendário oficial da cidade. A Prefeitura do Rio de Janeiro, atendeu às demandas e transformou o espaço em monumento preservado e aberto à visitação pública.

Na região do Valongo, africanos e africanas e seus descendentes escreveram uma história que é ao mesmo tempo local, regional, nacional e atlântica. No plano local, constitui o núcleo central da Pequena África com suas marcas e histórias, nas pedras pisadas, cantos, escadarias e ladeiras. Numa perspectiva mais ampla, se relaciona com a experiência da diáspora dos africanos em várias partes do Brasil e das Américas, onde sua presença, a partir de rotas internas e atlânticas, fez circular suas ideias, conhecimentos, tecnologias e espiritualidade.

Portanto, essa história, cuja narrativa também se traduz nas letras de canções negras, nas rodas de samba, de capoeira, de jongo e de louvores aos antepassados e às divindades afro-brasileiras, encontrou na patrimonialização do cais mais uma forma de reconhecimento

Fontes escritas

- *Carta de Recomendações do Valongo* (trechos selecionados)
- Documento oficial da UNESCO reconhecendo o Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade

Imagens sugeridas

- Foto da assembleia da UNESCO na qual se deu a votação.
- Imagens das obras de desenterramento do Cais (2011)
- Imagens das lavagens simbólicas do Cais

PLACA 6**Lugares de memória na região do Cais do Valongo****Textos****Cemitério dos Pretos Novos**

Muitos africanos recém-chegados no tráfico escravista, os chamados “pretos novos”, não conseguiam resistir aos sofrimentos e às doenças contraídas durante a viagem da África para o Rio de Janeiro. Eram depositados, de forma desumana, no Cemitério de Pretos Novos, o maior cemitério de africanos escravizados das Américas. O local foi descoberto em 1996, numa casa particular, e transformado no Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos (IPN). Situa-se bem próximo ao Cais do Valongo, na atual rua Pedro Ernesto.

Pedra do Sal

No final do século 19 e início do século 20, a Pedra do Sal tornou-se local central de criação da cultura negra moderna. Espaço ritual sagrado e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca, foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1984 e pode ser visitada. Atualmente, a comunidade do Quilombo da Pedra do Sal reivindica o território ao redor da Pedra como espaço de celebração da cultura afro-brasileira, lugar de memória da religiosidade trazida por seus antepassados e de fortalecimento das lutas antirracistas.

Mirante da Pequena África

Situado nos Jardins Suspensos do Valongo, o mirante permite uma ampla e conjunta visão da região conhecida como Pequena África. Construídos em 1906, nos moldes europeizados adotados pelas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, é a partir desses jardins que podemos alcançar e imaginar os espaços representativos da história negra na região: na Praça dos Estivadores e rua Barão de São Felix, o movimento dos trabalhadores do porto, das associações carnavalescas e religiosas; nos morros do Livramento e Providência, as moradias populares das primeiras favelas da cidade do Rio de Janeiro; entre a torre-relógio da Estação Central do Brasil e os morros do Estácio e da Tijuca, o Campo de Santana e a Praça Onze, epicentros das grandes festas

negras, dos desfiles carnavalescos e das Escolas de Samba. Nos Jardins Suspensos e na vizinhança lateral funcionam hoje as organizações associativas negras Afoxé Filhos de Gandhi, Organização Cultural Remanescente de Tia Ciata (ORTC) e o Centro Cultural Pequena África.

Museu de Território do MUHCAB - Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira com sedes no Centro Cultural José Bonifácio e Galpão A da Gamboa.

Fontes escritas

- Trecho de relato feito por Carmem Teixeira da Conceição - conhecida como Tia Carmen - a Roberto Moura, quando ele estava escrevendo o livro sobre a Pequena África no início da década de 1980⁹:

Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dada e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar. (...)

- Cemitério de Pretos Novos

Os negros novos, que vem dos portos da Guiné e Costa da África, ordenando, que tanto os que se acharem nela, como os que vieram chegando de novo daqueles portos, de bordo das mesmas embarcações que os conduzirem, depois de dada a visita da Saúde, sem saltarem a terra, sejam imediatamente levados ao sítio do Valongo, onde se conservarão, desde a Pedra da Prainha até a Gamboa e lá se lhes dará saída e se curarão os doentes e enterrarão os mortos, sem poderem jamais saírem daquele lugar para esta cidade, por mais justificados motivos que hajam e nem ainda depois de mortos, para se enterrarem nos cemitérios da cidade...¹⁰

Imagens sugeridas

- Fotografias do Jardim Suspenso, Pedra do Sal, IPN e MUHCAB
- Mapa do Território (Circuito da Herança Africana? Museu de Território do MUHCAB?)

⁹ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música/ Divisão de Música Popular, 1983.

¹⁰ Arquivo Nacional, códice 70, v. 7, *Carta do Marquês do Lavradio de 12 de abril de 1774*, p. 231